



Vol. 33, nº 2 (2026)

O CRIME DO SILÊNCIO: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE EM *ÁGUA DE BARRELA* E *O CRIME DO CAIS DO VALONGO*

THE CRIME OF SILENCE: MEMORY, HISTORY AND IDENTITY IN *ÁGUA DE BARRELA* AND *O CRIME DO CAIS DO VALONGO*

Thiago Monteiro do Carmo¹

Recebimento do texto: 18/02/2026

Data de aceite: 07/03/2026

Resumo: Este trabalho reflete sobre o apagamento das narrativas negras na história brasileira a partir dos romances *Água de barreira* (2018) e *O crime do Cais do Valongo* (2023), de Eliana Alves Cruz. A análise investiga as relações entre literatura e história, mobilizando os conceitos de memória e identidade fundamentados por Candau (2019), Ricoeur (2007) e Spivak (2010). Adota-se uma metodologia qualitativa e analítico-interpretativa para examinar temas e estratégias discursivas. Busca-se compreender como a autora constrói uma visão crítica e estética que enfrenta as epistemologias coloniais e ultrapassa o mero romance-denúncia. Assim, as obras são tomadas como práticas de resistência e reconstrução da memória coletiva, da ancestralidade e do protagonismo da mulher negra. O estudo enfatiza a importância da ficcionalização do material histórico-social e o papel da memória no processo de (re)constituição da identidade, expressando literariamente as realidades políticas, sociais e históricas que atravessam os textos analisados.

Palavras-chave: *Água de Barreira*. Contemporâneo. Eliana Alves Cruz. *O crime do Cais do Valongo*.

Abstract: This study reflects on the erasure of Black narratives in Brazilian history through the novels *Água de barreira* (2018) and *O crime do Cais do Valongo* (2023), by Eliana Alves Cruz. The analysis investigates the relationship between literature and history, drawing upon concepts of memory and identity grounded in the work of Candau (2019), Ricoeur (2007), and Spivak (2010). A qualitative, analytical-interpretive methodology is adopted to examine themes and discursive strategies. The aim is to understand how the author constructs a critical and aesthetic vision that confronts colonial epistemologies and transcends the mere novel of social protest. Thus, the works are viewed as acts of resistance and as a means of reconstructing collective memory, ancestry, and the agency of Black women. The study emphasizes the importance of fictionalizing socio-historical material and the role of memory in the process of identity (re)constitution, giving literary expression to the political, social, and historical realities that permeate the texts under analysis.

Keywords: *Água de Barreira*. Contemporary. Eliana Alves Cruz. *O Crime do Cais do Valongo*.

1 Introdução

Entre as múltiplas manifestações que compõem o cenário artístico brasileiro, especialmente aquelas voltadas para a valorização da diversidade, a produção literária de escritoras negras destaca-se como um dos campos mais críticos e questionadores. A literatura

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPGEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra-MT. E-mail: thiago.monteiro@unemat.br



brasileira de autoria negra problematiza os apagamentos e silenciamentos impostos pela tradição canônica, que historicamente negligenciou e marginalizou produções comprometidas com a denúncia das desigualdades raciais, de gênero e sociais.

Nesse contexto, os romances *Água de barrela* (2018) e *O crime do Cais do Valongo* (2023), de Eliana Alves Cruz, configuram-se como narrativas fundamentais para a (re)construção da identidade nacional. As obras rompem com os apagamentos históricos ao incorporarem, em suas expressões textuais, elementos da cultura e da ancestralidade negra no Brasil.

Observa-se, nas produções da autora, uma profunda elaboração intelectual feminista e o delineamento de personagens mulheres negras que, mesmo atravessadas por processos de dor e opressão, revelam trajetórias de luta, dignidade e superação. Em *Água de barrela* (2018), Eliana Alves Cruz constrói uma narrativa que acompanha cerca de trezentos anos de história, do período colonial ao início do século XX, destacando mulheres negras que encontram na atividade de servir às patroas e sinhás brancas um meio de sobrevivência e resistência.

Assim, ao incorporar os conceitos teóricos apresentados e analisados neste estudo, pretende-se contribuir para que a sociedade brasileira enfrente e reconheça sua verdadeira história, a qual, por séculos, foi silenciada. Nesse processo, valoriza-se o discurso literário como espaço de resistência, memória e reconstrução da identidade nacional.

2 Referencial Teórico

O intento inicial deste estudo é refletir acerca das formas de representação e de resistência ao apagamento e ao silenciamento das autorias negras, compreendidos como fatores histórico-sociais e epistêmicos profundamente enraizados na estrutura social brasileira. As obras *Água de barrela* (2018) e *O crime do Cais do Valongo* (2023), de Eliana Alves Cruz, constituem o *corpus* desta pesquisa por evidenciarem, em suas narrativas, as tensões decorrentes da frágil relação que o Brasil mantém com seu passado e presente escravocrata.

Sob essa perspectiva, este estudo se propõe a analisar os romances de Eliana Alves Cruz, considerando as relações instauradas entre literatura, história e sociedade. As



narrativas selecionadas incorporam a temática social em sua tessitura textual e a transformam em ficção, sem se limitarem a uma função de denúncia.

As narrativas de Cruz reconstituem esse percurso identitário ao dar voz ao sujeito historicamente silenciado, subalternizado, deslocando a perspectiva de representação e instaurando uma fala politicamente situada. A partir dessa perspectiva, a representação literária assume uma função política, ao reivindicar o direito à voz e ao lugar de fala no espaço simbólico da cultura brasileira:

O subalterno como tal pode, de fato, falar? Esse questionamento, baseado na autonomia do sujeito subalterno como uma premissa essencialista, remete à preocupação de Spivak em teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica diferenciada, pois esse sujeito é irredutivelmente heterogêneo (Spivak, 2010, p. 11).

Na estrutura narrativa de *Água de barreira* (2018), de Eliana Alves Cruz, existe a presença marcante de mulheres negras que, ao longo de quase trezentos anos de história, desde o período colonial até os primeiros anos do século XX, encontraram na atividade de servir às patroas brancas uma forma de sobrevivência em meio à exploração, à miséria e à escravidão. O próprio título do romance carrega uma simbologia significativa, remetendo às tarefas domésticas e ao trabalho árduo dessas mulheres, transmitido de geração em geração como estratégia de resistência e sustento familiar.

Eliana Alves Cruz propõe uma reinterpretação radical da história oficial, evidenciando a urgência de se discutir as implicações desse passado na formação da identidade nacional. Como afirma Memmi (2007, p. 133), “a mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de ser colocado fora da história e fora da cidade”.

A suposta abolição de 1888 revela-se, nesse sentido, uma falsa libertação, pois o acesso à educação, um dos direitos fundamentais para a efetiva inserção social, foi deliberadamente suprimido. As mulheres retratadas por Cruz desenvolvem, então, estratégias de convivência e sobrevivência diante das famílias poderosas que as exploram, criando mecanismos sutis de resistência que, embora cotidianos, sustentam-se por toda a vida e garantem às gerações seguintes a possibilidade de ruptura com a opressão.

A importância de não esquecer esse período reside justamente no risco de relativizar suas violências e permanências históricas. Essa dimensão é reforçada em passagens como a cena em que Dona Joana atravessa um corredor de escravos, momento em que a autora



convoca o leitor a confrontar-se com a brutalidade do sistema escravista e com as marcas que ele deixou na sociedade brasileira contemporânea:

— Abram a boca dessa mulher! Ordenou aos homens do feitor. Estendeu a mão direita e feitor depositou nela uma faca brilhante, grande e tão afiada que feria só por encostas. Num só golpe ela cortou a língua da escrava. Enquanto o sangue jorrava e os homens se preocupavam em estancá-lo, a senhora continuou recitando, altiva, enquanto caminhava de volta a casa, com a saia manchada de vermelho, sob os olhares de pavor de alguns, choros contidos e ódio mal disfarçado de outros: - Rainha dos anjos, rainha dos patriarcas, rainha dos profetas, rainha dos apóstolos, rainha dos mártires, rainha dos confessores da fé, rainha das virgens, rainha de todos os santos, rainha concebida sem pecado original, rainha assunta do céu, rainha do santo rosário! (Cruz, 2018, p. 39-40).

O que se pretende trazer para o centro desta discussão é que a opressão e a tortura também foram praticadas em nome de Deus, evidenciando que a religião perpassa toda a história da escravidão e da colonização. Essa dimensão é expressa, por exemplo, nas personagens Damiana e Umbelina, que representam dois modos distintos de lidar com a religiosidade: uma assimila a fé imposta pelos brancos, enquanto a outra preserva a religião ancestral africana, empenhando-se em manter vivas as tradições de seu povo.

O ponto mais relevante dessa relação é que, apesar das diferenças religiosas, o convívio entre ambas é marcado pelo respeito e pela afetividade, estabelecendo elos de solidariedade que asseguram a continuidade da memória e da cultura negra. Esse laço simbólico, construído pela autora, reforça a ideia de que a união entre as mulheres é uma forma de resistência que transcende a violência e assegura que as gerações futuras não revivam as mesmas dores.

Nesse contexto, observa-se a intenção inovadora de Eliana Alves Cruz. Sua obra dissolve relações de poder explícitas e implícitas, explorando as fissuras entre dominadores e dominados para dar voz a sujeitos historicamente silenciados. A autora produz um movimento de deslocamento dentro da narrativa, permitindo que emergem novas vozes e novos sentidos, em um gesto que, como afirma Memmi (2007, p. 132), revela que os colonizadores “definem e impõem situações objetivas que limitam o colonizado, pesam sobre ele, até infletirem sobre seu comportamento e imprimirem rugas em seu rosto”.

A literatura brasileira contemporânea se caracteriza por sua constante mutação, o que exige do leitor uma postura crítica e preparada para lidar com as instabilidades e incertezas que permeiam a leitura de textos modernos e pós-modernos. Nesse sentido, a obra



de Eliana Alves Cruz se insere nesse cenário de pluralidade e tensão, e reafirma a literatura como espaço de experimentação estética e de resistência política:

[...] o verdadeiro contemporâneo não é aquele que se identifica com seu tempo, ou que com ele se sintoniza plenamente. O contemporâneo é aquele que, graças a uma diferença, uma defasagem ou um anacronismo, é capaz de captar seu tempo e enxergá-lo. Por não se identificar, por sentir-se em desconexão com o presente, cria um ângulo do qual é possível expressá-lo. Assim, a literatura contemporânea não será necessariamente aquela que representa a atualidade, a não ser por uma inadequação, uma estranheza histórica que a faz receber as zonas marginais e obscuras do presente, que se afastam de sua lógica. Ser contemporâneo, segundo esse raciocínio, é ser capaz de se orientar no escuro e, a partir daí, ter coragem de reconhecer e de se comprometer com um presente com o qual não é possível coincidir (Schøllhammer, 2009, p. 9-10).

Observa-se, contudo, uma tendência recorrente: a de imprimir realismo a obras que não se configuram como simples retomadas da escola literária realista, mas como tentativas de representar realidades pessoais e coletivas, profundamente atravessadas pela memória histórica. Essa relação entre o passado e o presente, entre o individual e o coletivo, é um dos traços mais potentes da escrita negra contemporânea, na medida em que revela como o passado colonial e escravista continua a reverberar nas experiências subjetivas do hoje.

Dessa forma, a constituição desses textos inaugura um novo limiar nos estudos voltados à análise da produção literária afro-brasileira. A literatura deixa de ser apenas um espaço de representação do sofrimento ou da denúncia social, para se tornar um território de reconstrução simbólica e epistemológica, onde o sujeito negro reivindica o direito à narrativa, à memória e à autoria:

Da mesma maneira que uma concepção essencialista da nação vem sendo problematizada, preceitos tais como o valor artístico dos artefatos culturais, por grande tempo considerado qualidade intrínseca e indispensável aos textos literários, passa a ser visto como o resultado da interação de fatores intrínsecos e extrínsecos, fatores estes que sempre incluem nuances políticas, refratando os interesses hegemônicos, marcados por cruzamentos que envolvem o gênero, a raça, a classe e a sexualidade, entre outras questões [...] A relativização dos processos de constituição dos cânones nacionais vem possibilitando a constituição de um espaço importante para grupos minoritários que deles se viram excluídos ao longo da história. Assumindo suas próprias vozes, e reivindicando tradições culturais próprias, esta nova geração de críticos literários e pensadores da cultura passam a lutar pela flexibilização dos parâmetros da história literária canônica, com vistas a abrir espaço para outros textos e para outros discursos (Alós; Schmidt, 2009, p. 130).

Como mencionado anteriormente, o romance *Água de barrela* (2018) tem como base a história de mulheres pertencentes à família da própria autora — antepassados negros que cruzaram o Atlântico à força para servir como mão de obra escravizada aos aristocratas



brasileiros, cuja riqueza se sustentava no comércio negreiro. Os primeiros a chegar ao Brasil são Akin Shangokunle, batizado como Firmino, e Ewà Oluwa, rebatizada como Helena. Após enfrentarem a condição desumana dos navios negreiros, são comprados por uma família que marca, de forma trágica, o destino de suas linhagens. Mais adiante, a filha de Ewà dá continuidade à história, preservando a memória das lutas e das resistências daqueles que foram arrancados de África.

Em *Água de barrela*, Eliana Alves Cruz faz emergir personagens e vozes historicamente marginalizados, silenciados pela força do discurso dominante e pela ideologia da falsa democracia racial. O romance inscreve-se, assim, como um projeto literário de restituição da memória, ao mesmo tempo em que questiona os mecanismos de apagamento e exclusão presentes na formação social brasileira. Através da reconstrução da ancestralidade e da experiência feminina negra, a autora reposiciona a literatura como espaço de resistência, denunciando as cicatrizes coloniais que ainda atravessam o imaginário nacional:

Por isso, importa discutir as possibilidades e as condições da ampliação do cânone que a categoria literatura-mundo proporciona, na medida em que permite neutralizar a oposição disjuntiva entre universal e local quando se estudam escritores de países cujas literaturas não estariam no grupo das ‘altas literaturas’ (Mata, 2023, p. 48).

O enredo evidencia as narrativas cruéis impostas pelos senhores de escravos ao longo de quase 300 anos, oferecendo uma reflexão crítica sobre os diversos tipos de violência sofridos pelo povo negro. Existir, para o povo negro, permanece como uma condição marcada por desafios, sendo a resistência contra a segregação, o embranquecimento, o sexismo e outras formas de opressão uma pauta diária, indispensável para a preservação da identidade e das crenças afro-brasileiras.

Ao longo de gerações de mulheres lavadeiras, empregadas domésticas, amas de leite e vendedoras de alimentos e quitutes, percebe-se a consolidação de um trabalho contínuo e essencial à sobrevivência de suas famílias. Essas personagens evidenciam, desde o período escravocrata até os dias atuais, a centralidade da força de trabalho feminina negra, revelando ao mesmo tempo a exploração a que foram submetidas e a capacidade de resistência e reinvenção diante das condições sociais adversas:

— Pois eu vou lavar as privadas desses brancos, vou lavar louça, roupa, passar, engomar.... Mas ninguém depois de mim vai fazer isso outra vez na minha família,



está ouvindo bem? Ninguém! E isso vai começar com essa — e apontou para Celina, que ficou encolhida em um canto (Cruz, 2018, p. 243).

A obra evidencia as narrativas cruéis impostas pelos senhores de escravos ao longo de quase 300 anos, oferecendo uma reflexão crítica sobre os diversos tipos de violência sofridos pelo povo negro. Ao mesmo tempo, demonstra a resistência e a luta contínua por liberdade — entendida em seu sentido mais amplo —, uma vez que a abolição formal da escravidão não pôs fim às desigualdades e às opressões históricas. Existir, para o povo negro, permanece como uma condição marcada por desafios, sendo a resistência contra a segregação, o embranquecimento, o sexismo e outras formas de opressão uma pauta diária, indispensável para a preservação da identidade e das crenças afro-brasileiras.

O romance também demonstra a complexidade das relações de poder e de cultura. Personagens como Damiana e Umbelina exemplificam divergências religiosas, uma assimilando a fé imposta pelos senhores brancos, a outra preservando tradições africanas, mas o convívio entre elas permanece marcado pelo respeito e pela solidariedade. Esse entrelaçamento de diferenças e afetos reforça a intenção da autora de produzir novos sentidos, rompe com tradições literárias fixas e permite a emergência de vozes historicamente silenciadas.

Depois de tirar toda aquela roupa dos caldeirões com o alvejante, Isabela, Umbelina e Dasdô, cantando sambas de roda numa mistura mágica de português com nagô, ewe e outras línguas D'África, acomodaram tudo em balaies e se puseram na parte de trás do sobrado, a estender uma a uma as peças muito alvas no extenso varal e no gramado. Na varanda atrás da cozinha, Cecília pilhava milho. Risos misturados com os cantos e com o cheiro de limpeza. O sol fervendo e a roupa secaria cheirosa, alva e brilhante... (Cruz, 2018, p. 13).

A produção literária contemporânea sobre um passado silenciado assume um papel de arquivo e de instrumento de luta, especialmente no contexto atual, em que a memória histórica do povo negro precisa ser constantemente reativada. Obras como *O crime do Cais do Valongo* (2023), de Eliana Alves Cruz, evidenciam a importância de colocar o negro como sujeito protagonista da história no Brasil, contribuindo para a construção de narrativas que confrontam omissões e apagamentos históricos.

Assim, tanto *Água de barrela* quanto *O crime do Cais do Valongo* desempenham um papel central na reconstrução da memória coletiva, bem como evidenciam a luta do povo negro e a resistência de mulheres que, através de sua atuação social, cultural e econômica, contribuíram para a preservação de identidades e saberes ancestrais. Essas obras tornam-se,



portanto, instrumentos de ensino e conscientização, ampliando a percepção do leitor sobre as cicatrizes históricas e reforçando a necessidade de discutir e problematizar o passado para compreender o presente:

Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória. Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado através dos traços transcritos. Entretanto, com frequência a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca identitária incompleta (Candau, 2019, p. 109).

É criticando as verdades impostas e expandindo o espaço à crítica sobre o que tenha acontecido, que a linguagem utilizada e o fazer literário se tornam cruciais ao desenvolvimento de um enredo polissêmico, campo fértil para diversas indagações e proposições de entendimento e críticas a um momento trágico: “essa memória deixa traços compartilhados por muito tempo por aqueles que sofreram ou cujos parentes ou amigos tenham sofrido, modificando profundamente suas personalidades” (Candau, 2019, p. 151).

No fundo, ela achava que o que se queria mesmo era que tudo fosse mergulhado nessa água que branqueia. As roupas, as vidas, as pessoas. Todos mergulhados na água de barrela. Riu intimamente, imaginando a cena. Cem anos. Não entendia por que comemoravam com aquela explosão de alegria alguém que durou tanto. Olhava-se no espelho e não gostava de se ver tão velha, apesar de ter a pele surpreendentemente viçosa para alguém que estava prestes a soprar cem velas (Cruz, 2018, p. 15).

Ao se ver refletida no espelho, após tantas gerações marcadas pelo racismo, sexismo, segregação e opressão, Damiana questiona a real significância das celebrações do 13 de maio de 1888, data da abolição formal da escravidão no Brasil. Para ela e para outras personagens do romance — desde Firmino e Helena, até suas filhas, netos e bisnetos —, o passado da escravidão permanece presente em suas vidas, marcado pela ausência de escolhas, pela miséria e pela humilhação cotidiana. Essa continuidade histórica evidencia que a liberdade legal não se traduziu em liberdade social ou econômica efetiva para a população negra.

Enquanto isso, as personagens brancas se esforçam para preservar posições de poder herdadas dos séculos anteriores, sustentadas pelo trabalho e pela exploração das pessoas negras. A narrativa de Eliana Alves Cruz, ao refletir sobre essa persistência de desigualdades, torna-se um instrumento literário de denúncia e, ao mesmo tempo, de preservação da memória histórica. A autora evidencia que o passado escravocrata continua a moldar o presente, convidando o leitor a compreender a dimensão intergeracional da



opressão e a necessidade de reconhecer e valorizar a resistência e a luta do povo negro. Como a narradora do romance afirma:

O tempo é como farinha numa peneira: não se pode impedir que escorra rápido até sobrar apenas o que não pode passar em seus orifícios. E ele seguiu seu curso implacável para os que cumpriam as tarefas braçais da vida e fluía em seu passo lento para os que desfrutavam do ócio nada produtivo. Na visão dos que viviam para servir, a maioria dos senhores apenas arrumava formas para não fazer nada. Maneiras inventivas certamente, mas mesmo assim inúteis (Cruz, 2018, p. 244).

A narradora assume um posicionamento estratégico ao selecionar o que narrar e como narrar, conferindo aos seus discursos uma materialidade que pode ser avaliada tanto por aqueles que se identificam com eles quanto por aqueles que os repudiam. Em determinados momentos históricos, a realidade é percebida como algo contingente, o que permite à narradora conduzir o enredo de maneira crítica e seletiva, privilegiando certas evidências em detrimento de outras. Tal procedimento evidencia a construção consciente de valores e perspectivas que orientam a narrativa, reforçando o poder da literatura como instrumento de reflexão histórica, social e ética:

Para Chambers, é possível distinguir três tipos de atos narrativos violentos: a violência de substituição, a violência de exclusão e a violência de focalização. Cada narrador escolhe a forma que melhor responde às suas necessidades, que, com maior eficácia, atende os seus interesses semióticos. Entretanto, todas as narrativas ocultam ou expõem todas as formas de violência, pois necessitam, senão de um narrador, pelo menos de uma instância que regule a multiplicidade das vozes e dos discursos (Peterson, 1995, p. 120).

Ao empregar uma linguagem próxima ao coloquial, a autora instiga o leitor a vivenciar a violência imposta pelas convenções sociais, responsáveis por práticas desumanas que não tiveram início voluntário e cujo fim não era definido pelas vítimas. Torna-se evidente que havia poucos meios de resistência, e que os acontecimentos não seriam passageiros, mas permaneceriam gravados na memória daqueles que, por sorte ou fatalidade, sobreviveram.

As condições históricas negligenciaram o dever da memória de expandir o debate sobre feridas abertas que permanecem vivas e conflitantes, tanto na memória individual quanto na coletiva e histórica. Dessa forma, a literatura de Eliana Alves Cruz evidencia a urgência de revisitar essas memórias, proporcionando uma reflexão crítica sobre as cicatrizes da escravidão e da opressão racial ainda presentes na contemporaneidade:

A questão colocada pelo dever de memória excede os limites de uma simples fenomenologia da memória. Ela excede até os recursos de inteligibilidade de uma



epistemologia do conhecimento histórico. Finalmente, enquanto imperativo de justiça, o dever da memória se inscreve numa problemática moral que a presente obra apenas não resvala. Uma segunda evocação parcial do dever de memória será proposta no âmbito de uma meditação sobre o esquecimento, em relação com um eventual direito ao esquecimento. Seremos então confrontados com a delicada articulação entre o discurso da memória e do esquecimento e o da culpabilidade e o perdão (Ricouer, 2007, p. 104).

Em *O crime do Cais do Valongo* (2023), outro romance de Eliana Alves Cruz, analisado neste estudo como *corpus* para reflexão sobre temáticas ainda invisibilizadas, a autora contrapõe o panorama editorial brasileiro, que raramente coloca a mulher negra no protagonismo literário. O romance inicia de maneira impactante, remetendo aos tempos de Dom João VI, tendo como eixo a morte de um comerciante em ascensão na região do Valongo, na cidade do Rio de Janeiro.

O enredo, ao apresentar pistas sobre os motivos e suspeitos, transita entre a ficção e o conteúdo histórico, levando o leitor desavisado a classificar a obra como romance histórico-policia. No entanto, ao longo da leitura, surgem indagações que revelam a dimensão crítica do romance: qual seria o verdadeiro crime — contra a história da população negra ou contra o Brasil? Quem efetivamente escreveu a história nacional?

A narrativa é conduzida pelos personagens Muana Lomuê, moçambicana, e o livreiro Nuno Alcântara Moutinho, expondo com riqueza de detalhes o cotidiano do Rio de Janeiro e as marcas históricas de uma escravidão negligenciada até hoje. Ao mesmo tempo, o romance traz elementos culturais provenientes dos povos africanos, ressaltando a formação identitária da sociedade brasileira a partir de sua contribuição histórica.

O plurilinguismo do romance se evidencia na organização das palavras, que exercem a função de multiplicar vozes a partir dos narradores. Nesse processo, emergem dois percursos: a perspectiva expressiva das personagens e a perspectiva da autora. Esta última deve ser entendida como construção estrutural do fazer artístico, aglutinar discursos e promover a justaposição de vozes — pontos de vista contidos em outros pontos de vista — que simultaneamente se apresentam e se ocultam, oferecendo ao leitor uma experiência de complexidade narrativa que reflete a pluralidade histórica e social abordada:

Todas as formas que introduzem um narrador ou um suposto autor assinalam de alguma maneira que o autor está livre de linguagem uma e única, liberdade essa ligada à relativização dos sistemas linguísticos literários, ou seja, assinalam a possibilidade, no plano linguístico, ele não se autodefinir, de transferir as suas intenções de um sistema linguístico para outro, de misturar a “linguagem comum, de falar por si na linguagem de outrem, e por outrem na sua própria linguagem. Do mesmo modo que em todas essas formas (o relato do narrador, do suposto



autor, nelas dos personagens) ocorre a refração das intenções do autor, distâncias diferentes entre cada momento da linguagem do narrador e do autor: a refração pode ser ora maior, ora menor, e em alguns momentos pode haver uma fusão quase total das vozes (Bakhtin, 1993, p. 119).

Por outro lado, a autora se destaca ao ampliar e expor de forma escancarada a percepção de mundo dos subalternizados, entendendo a ancestralidade e o corpo mítico como modeladores de condutas, e valorizando os procedimentos de ligação entre o visível e o invisível, expressos em toda a sorte de mandingas, como componentes de uma sofisticada cosmogonia e dos modos de invenção da vida dos povos provenientes da África. A tragédia da diáspora, afinal, também se apresenta como um empreendimento inventivo de rara potência, pois, como observa Memmi (2007, p. 144): “nada de particular a sua existência própria, que mereça ser retido pela consciência coletiva, e festejado. Nada a não ser um grande vazio”, que precisa ser interrogado para que sejam reconhecidos os verdadeiros heróis e para que as próximas gerações conheçam suas raízes e memórias.

Essa presença dialógica favorece a percepção do leitor quanto à habilidade da autora de se expressar por várias linguagens na mesma obra, utilizando as vozes dos narradores e das personagens. Na linguagem literária, isso permite que a autora mantenha uma posição de relativa neutralidade, podendo falar por si através da linguagem do outro, fundir as duas vozes e promover perspectivas diferentes a partir de um processo dialógico, perceptível na voz de Muana e refletido na complexidade narrativa de *O crime do Cais do Valongo*:

As primeiras vezes que lá estive foi com meu senhor, mas depois, de tanto me ver perambulando na loja da Gazeta, o criado Justino me conhecia e recebia os papéis dos avisos mesmo que eu estivesse sozinha. Ele me sorria e estendia a mão. Eu entendia tudo o que estava escrito, mas o Justino nem desconfiava e era melhor que continuasse assim (Cruz, 2023 p. 14).

Dessa forma, tanto *Água de Barrela* quanto *O crime do Cais do Valongo* consolidam a literatura de Eliana Alves Cruz como um espaço de resistência e reexistência, no qual a memória histórica e cultural da população negra é reativada e colocada no centro da narrativa. Ao conjugar perspectivas polifônicas, a autora constrói uma dialógica entre narradores, personagens e sua própria voz, permitindo múltiplas leituras e experiências do mundo social.

A atenção às tradições, à ancestralidade e aos modos de invenção da vida africana, somada à denúncia das violências históricas e contemporâneas, confere às narrativas um caráter de intervenção cultural e política: não apenas lembrando um passado silenciado, mas



também instigando reflexões sobre as injustiças que persistem, a resistência cotidiana e o protagonismo negro.

Assim, Cruz transforma a literatura em arquivo vivo, memória atuante e instrumento de educação, reafirmando a necessidade de se conhecer, compreender e valorizar histórias antes marginalizadas, promovendo, ao leitor contemporâneo, a consciência de que a luta por equidade, liberdade e reconhecimento histórico continua presente:

A narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une os pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis [...]. Os acontecimentos relatados pelas narrativas (realistas ou imaginárias) são performatizados por personagens, atores que representam seres humanos concretos ou imaginários, e realizam coisas que os humanos também realizam (antropomorfismo natural da narrativa) a construção de personagens e ações na narrativa é uma representação de condutas humanas que fornecem ao narrador a matéria-prima e os modelos. Ao narrar, alguém está explorando na sua imaginação possíveis desenvolvimentos (reais ou ficcionais) das condutas e comportamentos humanos, que os teóricos chamam de atividade mimética (ou imitação) (Motta, 2013, p. 73).

A autora transborda a apresentação de uma África pouco conhecida na literatura brasileira, sobretudo a parte oriental do continente, destacando a pluralidade étnica e cultural dos povos que foram trazidos à força para o Brasil. Frações da sociedade portuguesa, como açorianos e madeirenses, que já são ficções em muitos relatos históricos, ganham espaço cultural nas obras de Cruz, em contato conflituoso e/ou negociado com os negros que não se viam como africanos, mas como membros de suas aldeias: mandingas, bijagós, fantes, guns, baribas, gurúnsis, quetos, ondos, ijebus, oiós, ibadãs, benins, ijexás, anzicos, congos, andongos, songos, pendes, lenjes, ovimbundos, nupês, ovambos, macuas, mangajas, entre outros.

Essa multiplicidade de identidades e tradições reforça a dimensão de memória e resistência presentes em *Água de Barrela* e *O Crime do Cais do Valongo*. Ao dar voz a personagens cujas histórias foram historicamente silenciadas, a autora desconstrói a narrativa homogênea da escravidão e da colonização, oferecendo ao leitor uma experiência literária que aproxima o passado da contemporaneidade. Por meio da construção de redes de solidariedade, do resgate das práticas culturais africanas e do protagonismo negro, Cruz cria uma literatura que não apenas registra a memória histórica, mas também provoca reflexão



sobre desigualdades ainda presentes, legitimando o lugar do negro como sujeito ativo da história e da literatura brasileira.

3 Considerações Finais

As obras *Água de Barrela* e *O Crime do Cais do Valongo* de Eliana Alves Cruz constituem espaços de resistência, memória e reflexão crítica sobre a história afro-brasileira, colocando como protagonistas os sujeitos historicamente silenciados: as mulheres negras, os africanos escravizados e suas comunidades. Ao reconstruir a trajetória de famílias descendentes de escravizados, Cruz não apenas recupera narrativas esquecidas, mas também evidencia como o passado da escravidão permanece presente na vida contemporânea desses sujeitos, revelando a continuidade das opressões estruturais, da desigualdade social e do apagamento cultural.

A pluralidade de vozes narrativas, que alternam entre personagens como Damiana, Muana Lomué e Nuno Alcântara Moutinho, promove um diálogo entre perspectivas individuais e coletivas, refletindo o caráter multifacetado da memória histórica. A autora amplia a compreensão do leitor sobre a ancestralidade africana, a diversidade cultural e religiosa, as cosmogonias e os saberes que sobreviveram à diáspora, evidenciando que a literatura pode ser instrumento de resistência cultural e política, questionando a falsa democracia racial e a invisibilidade histórica da população negra no Brasil.

Dessa forma, a produção literária de Eliana Alves Cruz se configura como intervenção crítica, propondo não apenas a reconstrução da história de um povo, mas também a reflexão sobre o presente e a transformação social. A memória, o corpo mítico, a história e a subjetividade das personagens convergem para um projeto literário que reafirma a identidade negra, promove a alteridade e estabelece um espaço de resistência estética, cultural e política, capaz de influenciar os modos de compreensão da própria história do Brasil e as formas de relação estabelecidas com ela.

A literatura de Eliana Alves Cruz, notadamente em *Água de Barrela* e *O crime do Cais do Valongo*, emerge como uma ferramenta potente de resistência histórica e cultural, ao colocar o negro como sujeito protagonista da narrativa brasileira. As obras revelam, por meio de personagens como Damiana, Firmino, Helena e Muana Lomué, a permanência de traumas herdados da escravidão, evidenciando que, para as pessoas negras, o passado ainda



se faz presente pela miséria, pela humilhação e pela limitação de escolhas. O estilo da autora, marcado pela fragmentação formal e pelo uso da linguagem coloquial e simbólica, cria uma experiência dialógica entre narrador, personagens e leitor, permitindo múltiplas vozes e perspectivas.

Ao explorar locais como o Cemitério dos Pretos Novos, Cruz evidencia a importância da memória e do sagrado, mostrando que a literatura não apenas narra fatos, mas produz conhecimento sensível, promovendo empatia, alteridade e conscientização frente às injustiças históricas. A obra também propicia a reflexão sobre a construção da identidade e das relações sociais contemporâneas, articula realismo social, memória histórica e estética literária, rompe com convenções tradicionais do romance e inova no campo da literatura afro-brasileira. Em suma, os romances de Eliana Alves Cruz são espaços de resistência, memória e afirmação identitária, capazes de confrontar o leitor com a realidade da opressão histórica, ao mesmo tempo em que celebram a força, a criatividade e a espiritualidade dos povos negros que contribuíram para a formação do Brasil.

Referências

- ALÓS, A. P.; SCHMIDT, R. T. Margens da Poética/Poéticas da Margem: o comparatismo planetário como prática de resistência. **Organon**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, 2009. DOI: 10.22456/2238-8915.29514. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29514>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora Fornoni Bernadini *et al.* 3. ed. São Paulo: Edunesp/Hucitec, 1993.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.
- CRUZ, E. A. **Água de barreira**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- CRUZ, E. A. **O crime do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2023.
- MATA, I. Estudos literários africanos e literatura-mundo: reflexão sobre a epistemologia da crítica literária. **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 43, n. 93, p. 43-60, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-04>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Dtx7hJXcFjBzSrcnfdySYJp/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2025.



Vol. 33, nº 2 (2026)

MEMMI, A. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília (DF): Editora da UnB, 2013.

PETERSON, M. **Estética e política do romance contemporâneo**. Trad. Ricardo Iure Canko. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et al.* Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SCHØLLHAMMER, K. E. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.